

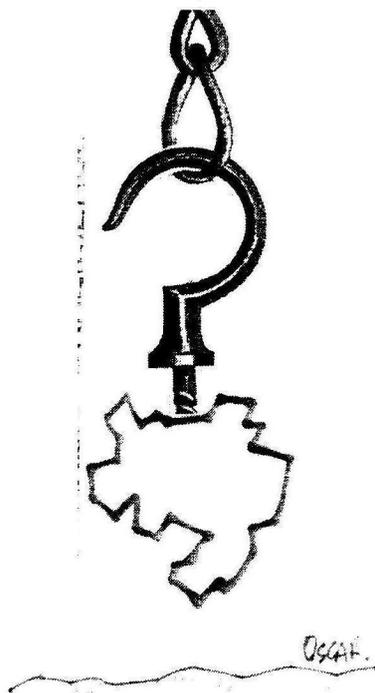
# Revigoração da Federação

Josaphat Marinho

Na discussão das reformas institucionais, tem sido pouco salientado o problema da organização federativa. Como se esta não fosse essencial e não estivesse sujeita a grave deformação. Governos e constituições de caráter centralizador e autoritário têm desconhecido a vocação federativa do Brasil, resultante da extensão territorial do país e da diversidade física, social e econômica de suas regiões. Desatentas a esses fatores reais, múltiplas decisões, normas e práticas vêm contrariando ou desprezando o espírito de equilíbrio, indispensável à unidade nacional e ao bem-estar das populações ao longo de todo o território.

Em verdade, o Brasil, como na linguagem de João Camillo de Oliveira Torres, "geográfica, histórica, social e politicamente é uma unidade a partir de uma variedade de situações". Assim, no reduzir as diferenciações inconvenientes reside a base da solução de todas as questões fundamentais. Não se trata de eliminar ou desfigurar diferenciações naturais, que representam peculiaridades próprias de regiões ou de grupos de população, dentro do país. Tais diferenciações, de origem, de costumes, são aspectos da cultura total que, em princípio, devem ser preservados. As desigualdades sujeitas à redução correspondem a desequilíbrios oriundos de forças da natureza, como as calamidades, ou criados ou nutridos por erros políticos e administrativos. Tais desníveis precisam ser corrigidos, porque prejudiciais ao desenvolvimento nacional integrado e, portanto, a parcelas externas da população.

Ao lado dos fenômenos cíclicos, como as secas e as tempestades, produtoras de desgraças coletivas, há os desvios da ação humana, igualmente geradores de infortúnios, ou de desequilíbrios, que alteram a imagem da Federação,



Os procedimentos condenáveis são vários, e todos danosos à estrutura federativa. Serviços e recursos federais são distribuídos sem proporção razoável entre os estados e municípios. A desproporção de tratamento, grandemente decorrente da falta de planos de ação, cria ou agrava situações incompatíveis com a idéia de semelhança ou de aproximação, que a forma federativa pressupõe. Daí resulta a preponderância imprópria e excessiva de umas sobre outras entidades congregadas, contrária ao sentimento de unidade nacional.

Decerto, essa desigualdade surge ou se acentua, muitas vezes, por má administração no plano regional e local. Sem dúvida. Cabe mesmo acentuar que administrações desastrosas ocorrem também em estados e municípios mais desenvolvidos e fortes, como os dias atuais vêm revelando. Como, entretanto, nem tudo é consequência de desacerto ou de corrupção, não

seria mal que se apurasse, devidamente, a razão pela qual muitos estados e municípios se encontram em dificuldades financeiras, apesar da receita tributária que lhes reserva a Constituição de 1988. De qualquer modo, os erros devem ser criticados e punidos, e não servir de fundamento à desfiguração das instituições. Toda acomodação ao erro conduz a novos males. Quanto maior for a defesa da integridade dos mecanismos instituídos, tanto mais soluções corretas podem ser adotadas em benefício da comunidade. No momento, para exemplificar, diversas unidades federadas do Nordeste reivindicam a localização de nova refinaria de petróleo. É natural a pretensão manifestada. Na deliberação, porém, o governo e a Petrobrás devem atentar nos critérios técnicos, vinculados à produção, comercialização e distribuição dos derivados do petróleo, em harmonia com o perfil da Federação. É o que recomenda o desenvolvimento integrado.

Esse espírito de consideração do complexo federativo é que há de prevalecer, por igual, no conjunto das decisões do poder da União. Assim na formação dos ministérios, na composição dos tribunais federais e quanto a outras deliberações assemelhadas. Se não há rigidez a ser obedecida, até por efeito de exigências constitucionais, nada obsta a aplicação regular de processos de escolha que fortaleçam a imagem de igualdade na Federação. Esforço nesse sentido é superiormente oportuno no começo de um governo que anuncia novos métodos e a iniciativa de ampla reforma constitucional. Revigorar a Federação é bem servir ao país.

Josaphat Marinho é senador pelo PFL da Bahia